

51

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
segundo trimestre de 2021

CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

51

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
segundo trimestre de 2021

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2021
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 5 Enquadramento Nacional
- 7 Mercado de Trabalho
- 13 Desemprego Registrado
- 15 Empresas
- 17 Comércio Internacional de Bens
- 20 Turismo
- 22 Construção e Habitação
- 25 Preços e Consumo Privado
- 28 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de 15,5%, refletindo a reabertura gradual da economia após o novo confinamento geral no início do ano, mas também um efeito de base uma vez que, no segundo trimestre de 2020, se tinha registado uma contração da atividade económica sem precedentes como consequência da pandemia COVID-19. Esta variação foi determinada exclusivamente pela procura interna, uma vez que o contributo da procura externa foi nulo. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,7% e o nível de preços aumentou face ao trimestre homólogo. O indicador de confiança dos consumidores manteve-se negativo, mas voltou a desacelerar; já o indicador de clima económico passou para valores positivos, após quatro trimestres negativos.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, o mercado de trabalho continuou a apresentar melhorias, com o gradual desconfinamento do país decorrente do alívio das restrições impostas para contenção da COVID-19. As taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego manteve-se, sendo a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem atingiu máximos históricos.

No setor empresarial da região assistiu-se a um aumento das constituições e das ações de insolvência de empresas. A evolução expressiva das constituições contrariou o comportamento dos trimestres precedentes. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a crescer em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, igualando o do país e observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos. Na construção, os edifícios licenciados evidenciaram uma evolução bastante positiva na região. As obras concluídas também aumentaram na região, embora de forma menos expressiva (com exceção dos novos fogos para habitação familiar que diminuíram ligeiramente). Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região aumentou, mas observou o menor crescimento dos últimos cinco anos.

A atividade turística registou crescimentos muito elevados na região e no país, observando pela primeira vez desde o início da pandemia COVID-19 variações positivas, traduzindo, em grande medida, o alívio gradual das medidas de confinamento geral. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico observaram aumentos homólogos exponenciais, explicados também pela recessão sem precedentes que este setor sofreu no período homólogo. Já a estada média na região diminuiu ligeiramente face ao trimestre homólogo, por contraste com a do país que aumentou.

No comércio internacional, na Região Centro, registaram-se significativos aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens. Tanto o mercado de bens intracomunitário como o extracomunitário contribuíram expressivamente para essas variações regionais. A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado observaram, neste trimestre, evoluções favoráveis, que traduzem, em grande medida, os efeitos do novo plano de desconfinamento. O Índice de Preços no Consumidor aumentou na região e em Portugal, tendo no caso regional crescido acima de 1%, o que já não sucedia desde o quarto trimestre de 2018.

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2021, estavam aprovados 7,6 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,8 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 314,6 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (69%).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

15,5%

foi a variação
homóloga real do PIB

6,7%

foi a taxa de
desemprego nacional

No segundo trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de 15,5%, refletindo a reabertura gradual da economia após o novo confinamento geral no início do ano, mas também um efeito de base uma vez que, no segundo trimestre de 2020, se tinha registado uma contração da atividade económica sem precedentes como consequência da pandemia COVID-19. Esta variação foi determinada exclusivamente pela procura interna, uma vez que o contributo da procura externa foi nulo. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,7% e o nível de preços aumentou face ao trimestre homólogo. O indicador de confiança dos consumidores manteve-se negativo, mas voltou a desacelerar; já o indicador de clima económico passou para valores positivos, após quatro trimestres negativos.

No segundo trimestre de 2021, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 15,5%, contrastando com os -5,3% do trimestre anterior. Estes resultados refletem a reabertura gradual da economia após um novo confinamento geral no início de 2021, devido ao agravamento da pandemia COVID-19. No entanto, refletem também um efeito de base, pois a comparação homóloga incide sobre o segundo trimestre de 2020, período em que se registou uma contração da atividade económica sem precedentes como consequência das restrições impostas para contenção da pandemia.

Esta evolução do PIB face ao trimestre homólogo foi determinada exclusivamente pela procura interna, uma vez que o contributo da procura externa líquida foi nulo.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	15,5	-5,3	-6,1	-5,6	-16,4	-7,6	2,5
Procura interna	v. h. (%)	14,8	-3,1	-2,4	-3,5	-11,9	-4,6	2,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	18,1	-6,8	-4,6	-4,1	-14,8	-6,0	2,7
Formação bruta de capital	v. h. (%)	10,5	3,9	0,8	-7,2	-10,0	-4,7	5,4
Taxa de investimento	%	19,0	20,5	19,1	18,6	19,8	19,1	18,5
Exportações	v. h. (%)	39,4	-9,6	-14,4	-16,0	-39,2	-18,6	3,9
Importações	v. h. (%)	34,3	-4,3	-6,0	-11,1	-29,1	-11,9	4,7
VAB	v. h. (%)	13,8	-4,0	-4,1	-4,6	-14,9	-6,4	2,4
Taxa de desemprego**	%	6,7	7,1	7,3	8,0	5,7	7,0	6,6
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,8	0,4	-0,2	0,0	-0,3	0,0	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-14,2	-23,0	-26,2	-26,3	-33,1	-23,9	-8,0
Indicador de clima económico	%	0,4	-1,3	-0,8	-2,6	-3,7	-1,3	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,206	1,206	1,193	1,169	1,101	1,141	1,120
	v. h. (%)	9,5	9,4	7,7	5,2	-2,1	1,9	-5,2

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
** Os dados dos 1.º e 2.º trimestres de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados anteriores, apurados na série de 2011, foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Assim, a procura interna aumentou 14,8% em termos homólogos (após uma contração de 3,1% no trimestre precedente), resultado do aumento do consumo das famílias (de 18,1%, que compara com -6,8% no período anterior) e da aceleração do investimento (que passou de um crescimento homólogo de 3,9% no trimestre passado, para 10,5% neste trimestre).

A procura externa líquida registou um contributo nulo para a variação homóloga real do PIB (no trimestre anterior, tinha sido de -2,2 pontos percentuais). As exportações apresentaram uma variação homóloga real de 39,4% (após terem diminuído 9,6% no trimestre precedente),

que foi influenciada não só pelo aumento das exportações de bens (de 41,3%), mas também pelo crescimento das exportações de serviços (33,6%), evolução que influiu nas acentuadas reduções que se registavam na componente dos serviços desde o início da pandemia (como consequência, sobretudo, da forte contração da atividade turística). As importações de bens e serviços aumentaram 34,3% em termos homólogos reais (contra uma variação de -4,3% no período anterior), tendo ambas as componentes registado variações positivas (35,5% nos bens e 27,9% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 13,8% em termos homólogos reais (-4,0% no trimestre anterior). Neste período, todos os ramos de atividade registaram variações homólogas reais positivas destacando-se, com os crescimentos homólogos mais elevados, a “indústria” (27,9%), o “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (22,6%) e os “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (19,4%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 6,7%, valor inferior em 0,4 pontos percentuais ao do trimestre anterior e superior em 1,0 ponto percentual ao do trimestre homólogo de 2020 (note-se, no entanto, que este trimestre se caracterizou pela acentuada redução do desemprego e pelo aumento significativo dos inativos, como consequência do estado de emergência em vigor devido à pandemia COVID-19). Estimavam-se 345,7 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um decréscimo trimestral de 14,4 mil pessoas e um acréscimo homólogo do desemprego de 67,3 mil indivíduos.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, aumentou 0,8% na comparação homóloga. Cinco das 12 classes de consumo registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se a “restauração e hotéis” e a “educação” com os maiores decréscimos (-4,5% e -1,6%, respetivamente). Nas restantes sete classes destacavam-se, com os crescimentos mais elevados, os “transportes” (4,3%), o “vestuário e calçado” (2,9%) e a “saúde” (2,5%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas, apesar do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, mantiveram-se negativas, mas voltaram a desacelerar face aos trimestres anteriores. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. A confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, passou para valores positivos, após quatro trimestres negativos.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 9,5% relativamente ao trimestre homólogo, dando continuidade à subida da cotação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2020 e que inverteu a tendência de depreciação do euro face ao dólar que já se verificava desde o terceiro trimestre de 2018. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

6,2%

foi a taxa de
desemprego regional

934€

foi o salário médio
líquido mensal na
região

⁵ Os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados trimestrais anteriores, apurados na série de 2011 (primeiro trimestre de 2011 ao quarto trimestre de 2020), foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries. Ambas as séries (2021 e 2011) continuam a não ser diretamente comparáveis com a série de 1998 (primeiro trimestre de 1998 ao quarto trimestre de 2010), configurando assim uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020, foram adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego pelo INE, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais oficiais de emprego e desemprego.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁸ Para as séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

No segundo trimestre de 2021, com o gradual desconfinamento do país decorrente do alívio das restrições impostas para contenção da COVID-19, o mercado de trabalho regional continuou a apresentar melhorias. Na Região Centro, as taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego manteve-se, sendo a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem atingiu máximos históricos.

No primeiro trimestre de 2021, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego⁵, que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringe a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

Face à introdução das modificações mencionadas e para que seja possível continuar a realizar análises longitudinais, o INE divulgou séries retrospectivas desde o 1.º trimestre de 2011 compatibilizadas com a nova série. Assim, a partir desta edição do "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" retoma-se a análise por NUTS II para todas as variáveis habitualmente apresentadas neste capítulo.

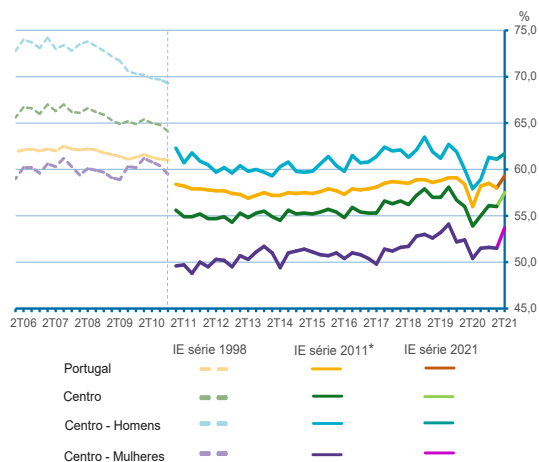
No segundo trimestre de 2021, o mercado de trabalho continuou a ser influenciado pelas consequências da pandemia COVID-19⁶. Assim, a maioria dos seus indicadores reflete o impacto do gradual desconfinamento do país que ocorreu ao longo do trimestre, mas também os efeitos de base decorrentes da comparação homóloga com o segundo trimestre de 2020, que foi um período de forte recessão económica.

A taxa de atividade da população em idade ativa⁷, na Região Centro, foi de 57,5%, representando um aumento de 3,6 e de 1,5 pontos percentuais face, respetivamente, ao período homólogo e anterior. Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 59,3%. A taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada que a das mulheres (61,7% contra 53,7%).

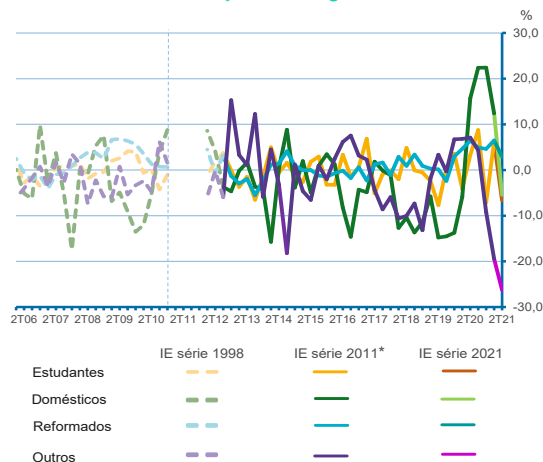
Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.101,3 mil indivíduos, aumentando 2,8% face a igual período do ano anterior e mantendo o comportamento de acréscimo dos três trimestres precedentes. Já os inativos⁹ totalizavam 843,5 mil indivíduos, representando uma diminuição de 5,7% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga dos inativos deveu-se essencialmente às diminuições dos estudantes (-6,6%) e dos domésticos (-5,4%), sendo contrariada pela variação positiva dos reformados (2,9%).

As diminuições homólogas e trimestrais da população inativa observadas neste trimestre, podem ser explicadas pelos efeitos do aligeirar das medidas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente pela reabertura das empresas que haviam estado temporariamente encerradas e pela redução das restrições à livre circulação de pessoas, por contraste com o segundo trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, ambos períodos marcados pelo confinamento geral da população. Estas razões permitiram aos indivíduos uma maior facilidade na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios essenciais para a transição entre a população inativa e a população desempregada. Assim, no segundo trimestre de 2021, o decréscimo da população inativa, decorreu, em grande medida, da transição de pessoas classificadas como inativas para a população desempregada, pelo facto de já ser possível cumprir os dois critérios acima referidos. É ainda de salientar, que a entrada de pessoas na população desempregada teve consequentemente impacto no comportamento trimestral da população ativa, por ser uma das suas componentes.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Taxa de atividade								
Portugal	%	59,3	58,0	58,5	58,2	56,0	57,8	58,9
Centro	%	57,5	56,0	56,1	55,0	53,9	55,3	57,2
	v. h. (p.p.)	3,6	0,0	-0,6	-3,1	-3,1	-1,9	0,2
População ativa – Centro	milhares	1 101,3	1 071,4	1 068,9	1 047,2	1 029,5	1 053,4	1 087,2
	v. h. (%)	2,8	0,2	2,1	1,7	-3,6	-3,1	0,1
População inativa – Centro	milhares	843,5	869,6	848,9	872,5	894,7	1 156,7	1 119,6
	v. h. (%)	-5,7	1,4	1,4	7,2	6,9	3,3	-1,5
Estudantes	milhares	150,4	161	142,7	156,2	161,1	152,3	151,6
	v. h. (%)	-6,6	6,2	-7,1	8,8	3,3	0,5	-2,0
Domésticos	milhares	92	95,3	103,2	97,9	97,3	89,0	78,3
	v. h. (%)	-5,4	12,4	22,4	22,4	15,7	13,7	-10,3
Reformados	milhares	465,3	464,5	446,3	446,6	452,1	404,5	381,9
	v. h. (%)	2,9	6,5	4,6	4,9	6,5	5,9	1,9
Outros	milhares	135,8	148,8	156,7	171,7	184,2	222,6	219,7
	v. h. (%)	-26,3	-19,4	-9,3	4,3	7,1	1,3	-2,5

¹⁰ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021) e da série de 2011 (compatibilizada), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo “quociente entre a população empregada e a população em idade ativa”. Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no segundo trimestre de 2021, foi de 53,9%, o que traduziu um aumento de 2,6 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. Manteve-se o comportamento positivo do trimestre precedente, que havia infletido mais de um ano de diminuições homólogas sucessivas. Esta taxa regional foi inferior à média nacional (55,3%), mas superior à observada no período anterior (52,5%)

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.033,5 mil indivíduos, o que representou um aumento de 5,6% face ao mesmo período do ano anterior, intensificado o comportamento positivo observado no início de 2021. A população empregada também cresceu face ao trimestre anterior (2,8%).

O aumento homólogo e trimestral da população empregada pode ser parcialmente explicado pelo abrandar das medidas de contenção da pandemia, devido ao facto do presente trimestre coincidir com a implementação do plano de desconfinamento geral do país, que possibilitou a redução do número de atividades económicas encerradas e a retoma do funcionamento presencial das escolas (o que permitiu que muitos pais pudessem regressar ao trabalho em vez de terem de ficar em casa a dar assistência aos seus filhos). Em simultâneo, mantiveram-se

as medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, de que é exemplo o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas ainda se encontrem fechadas, total ou parcialmente, de forma temporária.

Das categorias de empregados analisadas, observaram-se contrações homólogas apenas no emprego do setor primário, que decresceu 4,8%, e nos empregados dos 25 aos 44 anos, que diminuíram 1,1%. Todas as restantes categorias registaram aumentos homólogos, tendo o mais significativo ocorrido nos empregados dos 16 aos 24 anos (40,7%), que foram os que registaram maiores contrações homólogas nos trimestres anteriores.

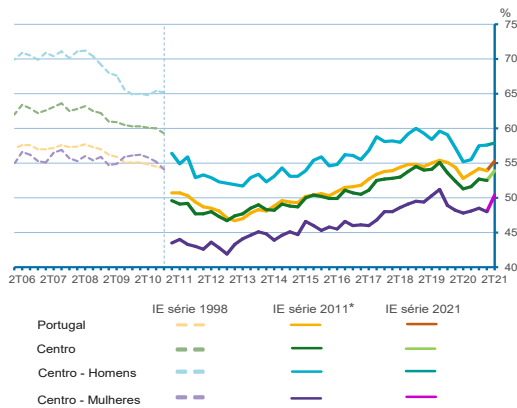
Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o acréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando quase 84% desta, aumentaram 3,4% em termos homólogos. Este aumento influiu o comportamento de quebra que se mantinha há mais de um ano (com exceção do último trimestre de 2020). No segundo trimestre de 2021, o comportamento destes trabalhadores foi explicado mais significativamente pelos acréscimos nos trabalhadores que possuem o ensino superior como habilitação, que desempenham as suas funções a tempo completo e nos contratados com termo.

Também os trabalhadores por conta própria explicaram o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento expressivo de 10,4% face ao período homólogo, intensificado a variação positiva do período anterior. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva ocorrida nos empregadores (16,2%) e nos trabalhadores isolados (7,0%).

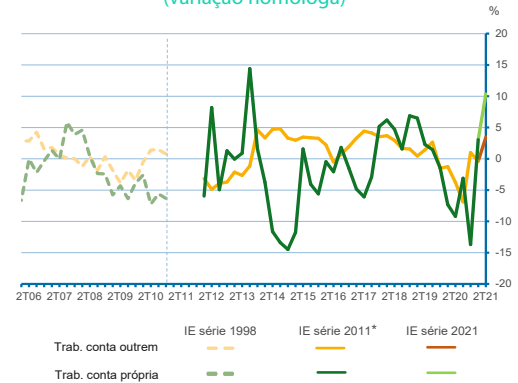
Quadro 3 – Emprego		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019	
		média trimestral							
Taxa de emprego									
Portugal	%	55,3	53,9	54,2	53,5	52,8	53,8	55,0	
Centro	%	53,9	52,5	52,7	51,6	51,3	52,0	54,2	
	v. h. (p.p.)	2,6	0,1	-0,9	-3,5	-2,8	-2,2	0,7	
População empregada – Centro		milhares	1 033,5	1 005,1	1 003,7	982,8	978,9	991,5	1 030,9
	v. h. (%)	5,6	0,5	-1,5	-6,2	-4,8	-3,8	1,0	
Homens	v. h. (%)	5,7	1,4	-2,4	-6,7	-5,0	-4,3	-0,3	
Mulheres	v. h. (%)	5,4	-0,5	-0,5	-5,7	-4,7	-3,3	2,3	
16 - 24 anos	v. h. (%)	40,7	-7,7	-31,0	-32,5	-33,5	-28,4	5,2	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-1,1	-3,9	-0,2	-4,7	-3,1	-2,7	-0,2	
45 - 89 anos	v. h. (%)	8,9	5,3	1,0	-4,3	-2,8	-1,8	1,6	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-4,8	3,4	-13,4	-32,1	-8,0	-16,3	-10,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	3,4	-1,2	3,2	3,5	2,7	3,3	-3,3	
Serviços	v. h. (%)	7,2	1,1	-3,0	-8,6	-7,9	-6,2	3,7	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	867,2	843,4	867,3	830,2	838,3	845,6	869,6
	v. h. (%)	3,4	-0,4	1,0	-6,9	-3,8	-2,8	0,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,1	-1,5	2,0	-2,9	-1,3	-0,3	2,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	3,7	3,4	-10,4	-20,9	-11,0	-12,7	-3,9	
Tempo completo	v. h. (%)	4,6	-0,4	0,1	-6,8	-3,7	-3,0	0,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	-12,5	-0,3	13,8	-7,2	-4,3	1,2	-1,4	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	-5,9	-4,2	
Básico	v. h. (%)	-8,4	-5,2	-7,7	-10,7	-4,3	-5,7	-4,9	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	2,7	-4,4	1,9	-10,1	2,9	-0,9	10,1	
Superior	v. h. (%)	23,8	12,6	13,6	1,2	-8,9	-0,4	0,5	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	152,4	155	134,8	146,5	138,1	142,4	155,5
	v. h. (%)	10,4	3,1	-13,7	-3,1	-9,2	-8,4	2,2	
Isolados	v. h. (%)	7,0	3,7	-16,6	-10,2	-9,7	-11,6	5,5	
Empregadores	v. h. (%)	16,2	1,9	-8,2	10,0	-8,3	-2,4	-3,4	

x: Não disponível

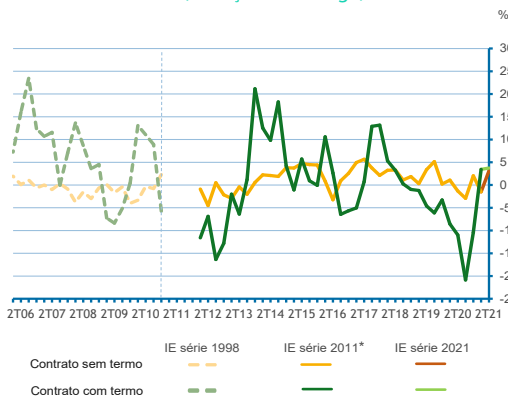
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



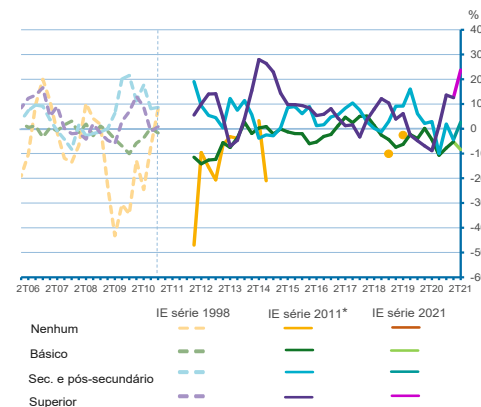
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

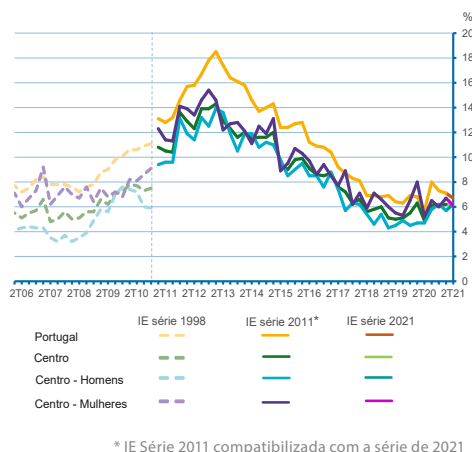
A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro manteve-se nos 6,2%, no segundo trimestre de 2021, traduzindo um acréscimo homólogo de 1,3 pontos percentuais. Ainda assim, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 6,7% e observou a menor taxa entre as sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego regional das mulheres aumentou em 0,9 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, mas foi ligeiramente inferior à dos homens.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 67,8 mil indivíduos, o que representou um significativo acréscimo homólogo de 34,0% e trimestral de 2,1%. Assim, no segundo trimestre de 2021, é visível, ao nível do desemprego, o alívio das medidas restritivas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente a reabertura gradual de diversas atividades económicas, que permitiu uma maior mobilidade da população e, por conseguinte, uma maior facilidade dos indivíduos na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios necessários à sua integração na população desempregada,

como foi explicado anteriormente no contexto da análise da evolução da população inativa. Para além destas razões, este aumento da população desempregada pode também espelhar os efeitos de base decorrentes da comparação homóloga com um período de recessão económica histórica, como foi o segundo trimestre de 2020. No entanto, importa ainda referir que, apesar das medidas de proteção do emprego, o aumento do desemprego também já refletirá, ainda que de forma parcial, as pessoas que perderam o seu emprego devido às consequências da pandemia COVID-19.

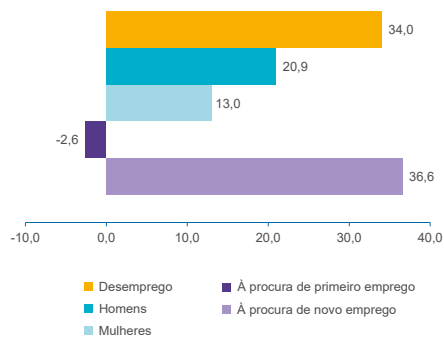
Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se reduções homólogas apenas nos desempregados à procura do primeiro emprego, que decresceram significativamente (23,2%), e nos desempregados há menos de 12 meses, que diminuíram 2,2%. Todas as restantes categorias registaram crescimentos homólogos, tendo os mais expressivos ocorrido nos desempregados há 12 meses ou mais (125,2%), nos desempregados com 45 ou mais anos (70,9%), nos homens desempregados (43,8%) e nos desempregados à procura de novo emprego (41,1%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2021 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,7	7,1	7,3	8,0	5,7	7,0	6,6
Centro	%	6,2	6,2	6,1	6,1	4,9	5,9	5,2
	v. h. (p.p.)	1,3	-0,1	0,6	1,0	-0,1	0,7	-0,8
Homens	%	6,2	5,7	6,2	5,8	4,7	5,3	4,5
Mulheres	%	6,1	6,7	6,0	6,5	5,2	6,4	5,8
16 - 24 anos	%	x	x	27,9	24,6	23,0	25,2	14,7
25 - 44 anos	%	x	x	5,0	5,1	4,8	5,1	5,0
45 - 89 anos	%	4,7	4,1	4,7	5,1	3,0	4,3	3,9
População desempregada – Centro	milhares	67,8	66,4	65,2	64,3	50,6	61,9	56,3
	v. h. (%)	34,0	-1W,6	10,5	14,2	-6,5	9,9	-13,8
Homens	v. h. (%)	43,8	24,2	35,3	11,4	-1,2	12,7	-16,1
Mulheres	v. h. (%)	25,0	-17,0	-7,6	16,8	-10,8	7,7	-11,9
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	46,9	0,0	34,4	39,4	-22,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	-1,2	7,6	-6,1	-0,4	-21,6
45 - 89 anos	v. h. (%)	70,9	0,5	6,0	31,7	-25,6	7,3	4,0
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-23,2	-35,5	0,0	-51,4	47,4	x	x
À procura de novo emprego	v. h. (%)	41,1	2,7	12,6	23,5	-10,5	11,4	-11,9
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-2,2	4,6	10,3	33,8	14,5	17,4	-3,0
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	125,2	-13,5	10,8	-16,4	-36,2	-2,9	-27,7

x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi o mais elevado dos últimos 13 anos, atingindo-se novos máximos históricos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 934 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 5,1% (que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019). No entanto, este valor regional manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 5,3%, cifrando-se, neste trimestre, nos 1.010 euros (ultrapassando pela primeira vez, desde o início da série, os 1.000 euros).

Quadro 5 – Salários		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1 010	984	968	955	952	951	909
	v. h. real (%)	5,3	5,5	6,3	5,1	4,8	4,6	2,0
Centro	€	934	921	918	897	882	889	850
	v. h. real (%)	5,1	6,9	8,3	5,9	3,4	4,6	1,1

DESEMPREGO REGISTRADO

-25,6%

foi o decréscimo
homólogo dos novos
desempregados
registados nos centros
de emprego da Região
Centro

96

colocações realizadas,
em média, por dia,
pelos centros de
emprego regionais

No segundo trimestre de 2021, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro atingiram o valor mais baixo do último ano, diminuindo expressivamente pela primeira vez desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal. Esta situação resultou de uma diminuição do número de novos desempregados e, simultaneamente, de um crescimento muito significativo das colocações realizadas pelo IEFP face ao período homólogo. Assim, a variação do desemprego registado espelha, em grande medida, o alívio das restrições impostas para combate ao surto pandémico e a manutenção das medidas de apoio ao emprego e à atividade económica.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 64,37 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, representando o número mais baixo do último ano. Este número de desempregados reflete uma diminuição homóloga de 6,8%, que influiu os expressivos aumentos homólogos observados desde o segundo trimestre de 2020 (quando se começou a assistir à maior incidência na atividade económica das medidas restritivas para combate ao surto pandémico da doença COVID-19 em Portugal).

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região diminuiram em 25,6%. Esta significativa redução homóloga dos novos desempregados deu continuidade ao comportamento decrescente do primeiro trimestre de 2021 (que havia influido um ano de acréscimos homólogos sucessivos). Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 235 novos desempregados, aproximadamente menos 81 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um expressivo aumento homólogo (53,9%), intensificando a variação positiva observada no primeiro trimestre de 2021, que tinha invertido o comportamento de quebra verificado durante quase todo o ano de 2020 (apenas interrompido no terceiro trimestre). Em termos médios, ocorreram cerca de 96 colocações por dia (aproximadamente mais 38 do que em igual período do ano anterior).

Assim, no segundo trimestre de 2021, o comportamento favorável dos indicadores representativos do desemprego registado poderá estar relacionado, por um lado, com o levantamento das restrições à circulação das pessoas e da reabertura gradual da atividade económica, no âmbito do novo plano de desconfinamento geral do país. Por outro lado, também poderá ter contribuído o prolongamento das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff* simplificado).

Quadro 6 – Desemprego Registado		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	64,37	69,48	66,02	69,12	69,07	65,37	55,48
	v. h. (%)	-6,8	21,3	22,2	27,8	26,6	17,8	-9,8
Novos desempregados**	milhares	21,15	25,38	29,01	29,03	28,43	28,92	26,33
	v. h. (%)	-25,6	-13,1	4,2	4,5	24,5	9,8	-1,7
Colocações do IEFP**	milhares	8,65	7,51	6,44	8,67	5,62	7,03	7,78
	v. h. (%)	53,9	1,6	-4,1	3,2	-28,6	-9,6	-0,8

* valores médios trimestrais

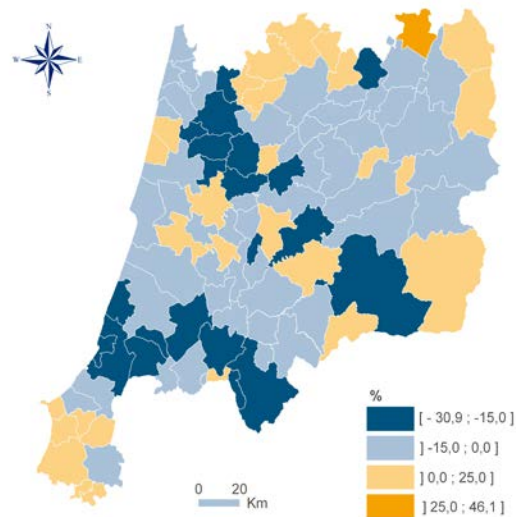
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo determinado município e $_{RC}$ a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2020.

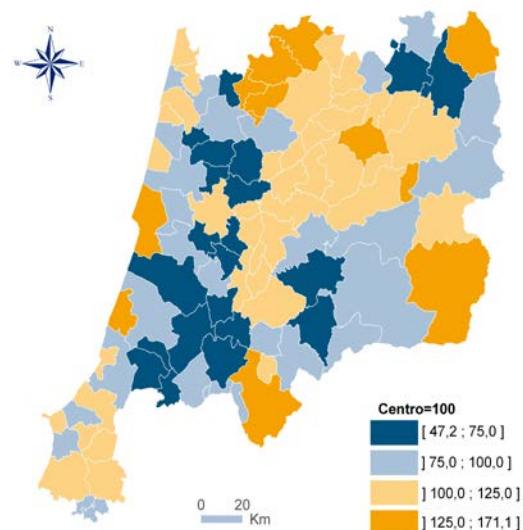
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em 70 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Anadia (-30,9%), Mealhada (-26,2%) e Oliveira do Bairro (-25,8%). Apenas um município manteve o mesmo valor de desemprego face ao período homólogo e nos restantes 29 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 20%, os municípios da Meda (46,1%) e de Bombarral (20,1%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, pelo segundo trimestre consecutivo, metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ferreira do Zêzere (47,2) e Mortágua (52,0). Na outra metade encontravam-se os municípios com índices superiores à média regional, dos quais se destacavam, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (171,1) e São Pedro do Sul (155,9).

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2021



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2021¹⁵



EMPRESAS**64,8%***foi o crescimento
homólogo das
constituições de
empresas na região***2,9%***foi o valor mais
baixo dos últimos
12 anos do peso dos
empréstimos vencidos*

No segundo trimestre de 2021, assistiu-se na Região Centro a um aumento das constituições e das ações de insolvência de empresas. A evolução expressiva das constituições contrariou o comportamento dos trimestres precedentes e pode resultar, em grande medida, do gradual desconfinamento do país que decorreu neste trimestre. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas continuaram a crescer em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, igualando o do país e observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Na região, constituíram-se 1.661 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num acréscimo de 64,8% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional inverteu o comportamento negativo observado durante quase todo o ano de 2020 (com exceção do terceiro trimestre), e acompanhou o total do país, em que o número de novas constituições aumentou em cerca de 76,8%. Em termos médios, foram criadas cerca de 19 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 119 constituídas diariamente no país. Esta subida tão expressiva das constituições de novas empresas pode estar associada a novos negócios já previstos mas que, devido ao clima de incerteza durante o último ano, não tinham ainda sido concretizados e que com o plano de desconfinamento e reabertura gradual do país, iniciaram, neste trimestre, a sua atividade.

Neste trimestre, as ações de insolvência¹⁶ de empresas na Região Centro aumentaram muito significativamente, em 13,2%, contrariando o comportamento do país em que as ações de insolvência observaram um decréscimo de 2,8%. O aumento das insolvências na região, apesar de menos intenso, deu continuidade ao comportamento do período precedente, que havia infletido a trajetória de decréscimo observada nos últimos dois anos (com exceção do terceiro trimestre de 2020). Em Portugal ocorreram cerca de 16 ações de insolvência, em média, por dia, das quais três foram de empresas com sede na Região Centro. O acréscimo das ações de insolvências, apesar do plano de desconfinamento em vigor no trimestre, poderá estar relacionado com os efeitos da pandemia COVID-19 que devido ao abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica, implicou quebras de faturação muito significativas, colocando as empresas de alguns setores (de que é exemplo o comércio, a restauração e a cultura) em situações muito frágeis. De salientar que, para minimização destes efeitos, mantiveram-se as medidas de proteção das empresas, nomeadamente da sua capacidade produtiva e dos seus postos de trabalho (de que são exemplo, os vários instrumentos de crédito concedidos para apoio à situação de tesouraria das empresas e os procedimentos de *layoff* simplificado).

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no segundo trimestre de 2021, um crescimento homólogo real de 6,0%, mantendo o comportamento dos últimos três períodos, que havia infletido 10 anos de quebras homólogas consecutivas. Este acréscimo regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 6,4%. Esta evolução na região e no país pode refletir os efeitos das linhas de crédito, garantidas pelo Estado e disponibilizadas através do sistema bancário, para apoiar a atividade das micro, pequenas e médias empresas que atuam em setores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença COVID-19 (de que são exemplo o turismo e a restauração).

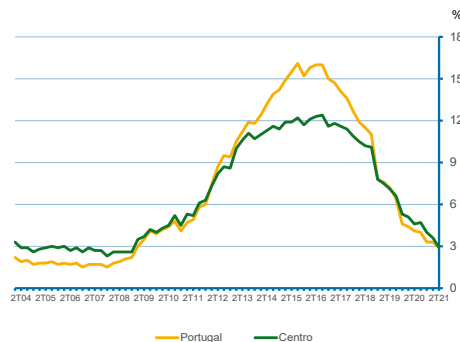
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (-1,7 e -1,2 pontos percentuais, respetivamente, na região e no país). Deste modo, no segundo trimestre de 2021, este indicador fixou-se nos 2,9% na região e no país, observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos
das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	10 692	9 930	9 412	9 899	6 048	9 359	12 230
	v. h. (%)	76,8	-17,8	-15,3	-6,0	-47,5	-23,5	7,9
Centro	número	1 661	1 622	1 463	1 761	1 008	1 520	1 819
	v. h. (%)	64,8	-12,1	-6,5	18,8	-41,0	-16,5	10,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	75 992	74 809	73 976	72 142	70 906	71 109	68 916
	v. h. real (%)	6,4	10,5	10,6	4,4	1,2	3,2	-4,2
Centro	milhões €	14 025	13 986	13 695	13 370	13 135	13 180	12 983
	v. h. real (%)	6,0	11,2	8,9	2,0	-0,4	1,5	-3,2
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	2,9	3,3	3,3	4,0	4,1	4,0	6,5
Centro	%	2,9	3,6	4,0	4,7	4,6	4,6	6,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	1 405	1 579	1 433	1 227	1 445	1 352	1 378
	v. h. (%)	-2,8	21,1	-11,4	33,1	0,1	-1,9	-16,6
Centro	número	257	284	242	205	227	230	257
	v. h. (%)	13,2	15,9	-22,4	18,5	-15,3	-10,5	-15,6

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

43,3%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região

39,3%

foi o acréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

No segundo trimestre de 2021, na Região Centro, registaram-se significativos aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens. Tanto o mercado de bens intracomunitário como o extracomunitário contribuíram expressivamente para a variação regional das saídas e entradas. Também em Portugal o comércio internacional cresceu muito significativamente.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 43,3%, intensificando o comportamento positivo observado nos três períodos antecedentes e acompanhando o total nacional, que aumentou 40,7%. Para esta evolução observada na Região Centro contribuíram tanto o mercado intracomunitário como o extracomunitário (que registaram um acréscimo homólogo das saídas de 43,9% e 41,3%, respetivamente). As variações regionais do comércio internacional registadas neste trimestre refletem, pela primeira vez, a comparação com um período homólogo em que o impacto da pandemia COVID-19 se fez sentir de forma severa em toda a economia. No segundo trimestre de 2021 assistiu-se também ao aligeirar de muitas medidas restritivas para contenção da COVID-19 nos vários Estados Membros da União Europeia resultado, em grande medida, do aumento massivo do índice de vacinação das populações. No caso específico de Portugal

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	15 772,2	15 411,7	14 898,8	13 786,0	10 586,5	13 439,3	14 975,7
	v. h. real (%)	40,7	5,2	-1,4	0,5	-28,6	-8,2	3,6
Intracomunitárias	milhões €	11 257,1	11 090,7	10 551,2	9 923,5	7 551,8	9 665,9	11 499,1
	v. h. real (%)	40,8	3,1	-8,4	-4,8	-33,5	-14,0	4,4
Extracomunitárias	milhões €	4 515,1	4 321,0	4 347,6	3 862,5	3 034,6	3 773,5	3 476,6
	v. h. real (%)	40,5	11,0	21,3	17,2	-12,6	11,1	0,8
Centro	milhões €	3 153,5	3 002,0	2 888,6	2 662,0	2 078,6	2 584,4	2 833,2
	v. h. real (%)	43,3	9,6	3,4	2,7	-26,3	-6,6	0,5
Intracomunitárias	milhões €	2 399,4	2 334,0	2 190,7	2 040,5	1 574,6	1 981,3	2 270,2
	v. h. real (%)	43,9	8,9	-1,4	-1,0	-31,2	-10,7	0,7
Extracomunitárias	milhões €	754,2	668,0	697,9	621,5	504,0	603,1	563,0
	v. h. real (%)	41,3	12,2	22,3	16,9	-5,1	9,6	-0,5
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	20 000,4	18 146,4	18 296,8	17 051,7	13 529,5	17 036,4	19 994,3
	v. h. real (%)	38,2	-4,2	-5,5	-7,2	-29,3	-10,9	6,4
Intracomunitárias	milhões €	14 899,9	13 628,4	14 167,3	12 820,4	10 083,1	12 769,2	15 273,2
	v. h. real (%)	38,2	-1,1	-5,7	-7,8	-30,9	-12,6	7,0
Extracomunitárias	milhões €	5 100,5	4 518,0	4 129,5	4 231,2	3 446,4	4 267,2	4 721,1
	v. h. real (%)	38,4	-12,7	-4,9	-5,1	-24,1	-5,5	4,4
Centro	milhões €	2 798,1	2 546,6	2 424,1	2 141,5	1 877,4	2 202,7	2 469,2
	v. h. real (%)	39,3	9,4	6,7	-5,1	-23,4	-6,7	-0,8
Intracomunitárias	milhões €	2 113,1	1 995,6	1 955,1	1 684,1	1 414,6	1 724,5	1 972,4
	v. h. real (%)	39,7	10,0	5,1	-5,1	-26,4	-8,6	-2,4
Extracomunitárias	milhões €	685,0	550,9	469,0	457,4	462,8	478,1	496,7
	v. h. real (%)	38,4	7,0	13,9	-5,0	-12,2	0,7	6,0

* Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Podem entender-se como vias reservadas, que constituem pontos de passagem das fronteiras internas da rede transeuropeia de transportes, sempre que ocorram controlos nas fronteiras internas dos Estados-Membros ou que os mesmos tenham sido introduzidos. Este mecanismo destina-se a preservar o funcionamento das cadeias de abastecimento em toda a União Europeia e a assegurar que todas as mercadorias, incluindo, mas não exclusivamente, as mercadorias essenciais possam chegar rapidamente ao seu destino.

¹⁹ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 82% e 93% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

²⁰ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 70% e 74% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

²¹ Atendendo à concretização da *Brexit* ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

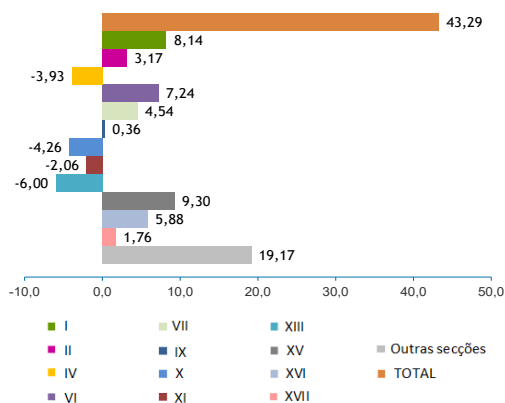
reabriram-se, em 1 de maio de 2021, as fronteiras terrestres com Espanha. Estas medidas podem ter sido favoráveis para o funcionamento do transporte de mercadorias, que, mesmo em períodos mais afetados pela pandemia COVID-19, não sofreu duras consequências devido, em grande medida, à utilização dos chamados “corredores” verdes¹⁸ criados pela União Europeia, em meados de março de 2020, para assegurar a continuidade desse transporte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, mais de metade das secções analisadas explicaram a evolução positiva regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 24,68 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; I “animais vivos e produtos do reino animal” e VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas”). Apenas quatro secções contrariaram este crescimento regional, salientando-se, com as quebras homólogas reais mais significativas, as secções XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-6,00%) e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-4,26%). A evolução regional dos grupos de produtos, neste trimestre, continuou a evidenciar uma maior saída de outros tipos de bens para além dos alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual), parecendo manter-se de forma mais sustentada a fluidez do transporte de mercadorias.

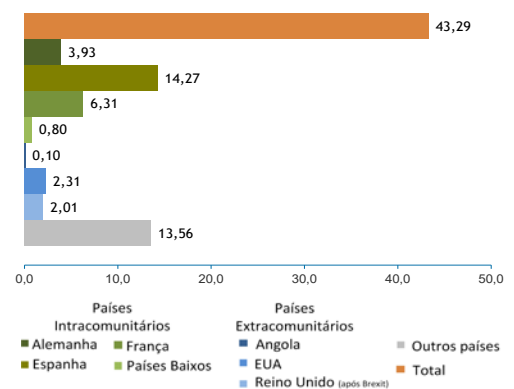
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, constatou-se que a totalidade dos países analisados em ambos os mercados contribuíram para a variação homóloga regional positiva. Destes países, destacou-se, no mercado intracomunitário, pelo contributo positivo mais expressivo, a Espanha que explicou em 14,27% a variação regional das saídas. No mercado extracomunitário, destacaram-se os EUA e o Reino Unido que contribuíram conjuntamente em 4,32 pontos percentuais para a variação das saídas no trimestre.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2021 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁹



Contributos dos países^{20,21}



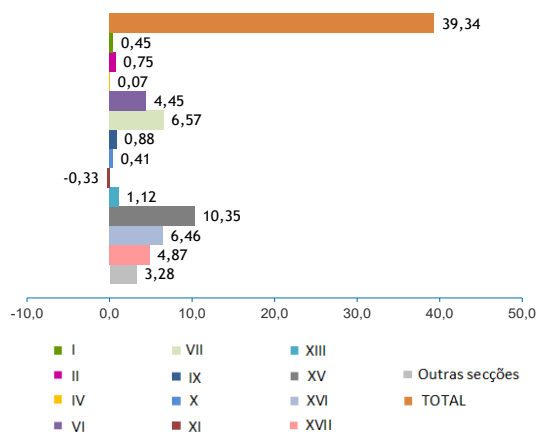
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 39,3%, intensificando o crescimento observado nos dois trimestres anteriores e acompanhando o total nacional que aumentou 38,2%. Também nas importações de bens, tanto o mercado intracomunitário como extracomunitário contribuíram muito positivamente para esta variação regional. Esta evolução regional das importações, tal como das exportações, parece ter sido influenciada positivamente pelo gradual desconfinamento dos países, mas está também associada a um efeito de base, dado que a comparação homóloga é realizada pela primeira vez com um trimestre severamente afetado pela COVID-19. Das medidas de desconfinamento, destacam-se as adotadas no interior da União Europeia, pelo forte impacto neste fluxo de bens que decorre da importância expressiva (mais de 75%) que as entradas de bens, provindas desse conjunto de países, assume no total de entradas de bens na região.

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a quase totalidade desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 23,38 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”). A secção XI “matérias têxteis e suas obras” foi a única que registou um contributo negativo, contrariando o comportamento regional observado no trimestre.

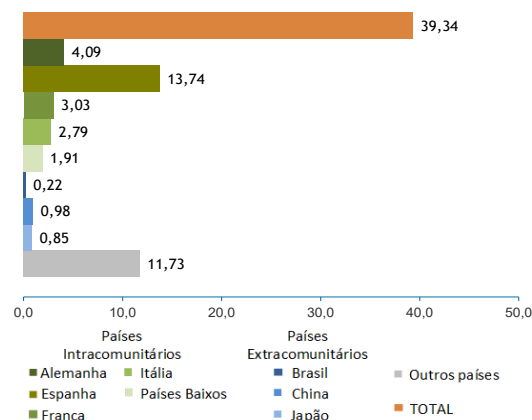
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que, tal como nas saídas de bens, todos os países analisados em ambos os mercados contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 39,34%. Dos países com maior relevo, evidenciou-se a Espanha, no mercado intracomunitário, que explicou em 13,74% a variação regional das entradas de bens. No mercado extracomunitário, a China foi o país que registou um contributo mais elevado mas apenas de 0,98%.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2021 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁹



Contributos dos países²⁰



TURISMO**879 mil**

foram as dormidas
em estabelecimentos
de alojamento
turístico da região

43 milhões

foram os
proveitos desses
estabelecimentos

²² O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

A atividade turística registou crescimentos muito elevados na região e no país no segundo trimestre de 2021, observando pela primeira vez desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal variações positivas, o que traduz, em grande medida, o alívio gradual das medidas de confinamento geral. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico observaram na região e no país aumentos homólogos exponenciais, o que também se explica pela recessão sem precedentes que este setor sofreu no período homólogo. Já a estada média na região diminuiu ligeiramente face ao trimestre homólogo, por contraste com a do país que aumentou.

No primeiro trimestre de 2021, o setor do turismo cresceu de forma exponencial, o que resultou, em grande medida, do aligeirar das restrições impostas para contenção da COVID-19 no âmbito do plano gradual de desconfinamento do país em vigor durante o trimestre. Das medidas de desconfinamento, com maior impacto no setor do turismo neste trimestre, destacaram-se o levantamento das restrições de circulação entre concelhos aos fins-de-semana, a reabertura das fronteiras terrestres, do comércio não essencial e dos espaços culturais. Também justificaram estes crescimentos homólogos extremamente expressivos da atividade turística o facto do trimestre homólogo ter correspondido ao período de uma recessão sem precedentes no setor (com quebras superiores a 85%).

Assim, neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²² da Região Centro acolheram 528 mil hóspedes, traduzindo um crescimento histórico de 311,6%. Esta evolução regional contrariou, pela primeira vez desde o início da pandemia em Portugal, as quebras homólogas verificadas há mais de um ano e acompanhou a média nacional que também cresceu acentuadamente em 329,9%. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o aumento homólogo nos hóspedes foi ainda mais elevado (356,1% na região e 358,7% no país).

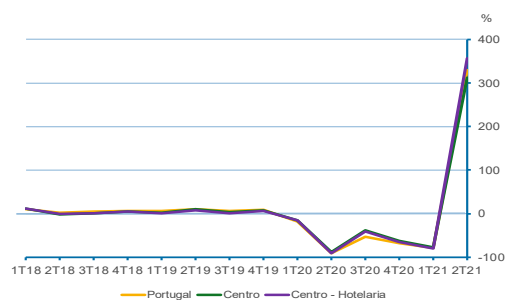
Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento histórico face ao mesmo período do ano anterior (272,6%), infletindo o comportamento negativo do último ano resultante claramente dos efeitos da pandemia COVID-19. A nível nacional o crescimento foi ainda mais galopante (347,4%). Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acréscimos homólogos reais históricos na região e no país, de 332,0% e 469,7%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o elevado crescimento homólogo real de 305,9% dos proveitos de aposento e que representavam, neste trimestre, cerca de 75% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média sofreu ligeiras variações, tendo na Região Centro diminuído para as 1,7 noites e em Portugal aumentado para as 2,3 noites.

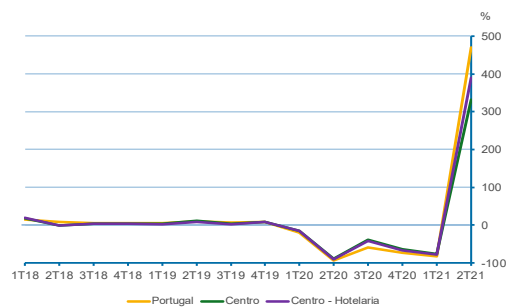
Quadro 9 – Turismo		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	2 795	786	1 838	4 256	650	2 608	6 786
	v. h. (%)	329,9	-78,7	-68,5	-53,1	-91,6	-61,6	7,9
Centro	milhares	528	128	342	848	128	471	1 030
	v. h. (%)	311,6	-77,4	-62,7	-39,0	-88,7	-54,3	5,7
Hotelaria	milhares	391	88	254	622	86	354	804
	v. h. (%)	356,1	-80,6	-65,4	-41,1	-90,4	-56,0	4,0
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	6 379	1 792	4 174	11 248	1 426	6 450	17 540
	v. h. (%)	347,4	-80,0	-70,1	-55,9	-92,8	-63,2	4,6
Centro	milhares	879	258	595	1 621	236	841	1 784
	v. h. (%)	272,6	-71,6	-60,6	-38,4	-87,7	-52,9	5,3
Hotelaria	milhares	635	175	428	1 183	151	620	1 377
	v. h. (%)	319,7	-75,7	-64,0	-40,2	-89,9	-55,0	3,2
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	385 449	77 603	223 362	687 586	67 148	361 421	1 073 953
	v. h. real (%)	469,7	-83,5	-72,9	-58,9	-94,4	-66,3	7,4
Centro	milhares €	42 773	10 757	28 151	81 385	9 826	41 050	88 854
	v. h. real (%)	332,0	-76,1	-63,4	-38,6	-89,4	-53,8	6,4
Hotelaria	milhares	32 141	7 988	21 032	60 334	6 511	31 220	71 626
	v. h. real (%)	389,9	-78,5	-66,9	-42,0	-91,3	-56,4	4,9
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,3	2,3	2,3	2,6	2,2	2,5	2,6
Centro	n.º noites	1,7	2,0	1,7	1,9	1,8	1,8	1,7

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2021 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

36,5%

foi o aumento
homólogo das
construções novas
licenciadas na região

-21,4%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há mais de
quatro anos

No segundo trimestre de 2021, os edifícios licenciados evidenciaram uma evolução bastante positiva na região. Embora de forma menos expressiva, as obras concluídas também aumentaram na região, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que diminuíram ligeiramente. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região aumentou, mas observou o menor crescimento dos últimos cinco anos.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.793 edifícios, o que se traduziu num aumento homólogo de 33,2%. Esta variação regional foi superior à da média do país, que registou um aumento de 26,6%, e intensificou o comportamento positivo do período precedente. Também os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções muito positivas. O licenciamento de construções novas na região aumentou 36,5%, reforçando a evolução positiva verificada no trimestre anterior. Também o licenciamento de novos fogos para habitação familiar teve um acréscimo de 13,5% em termos homólogos, mantendo a trajetória de crescimento observada nos últimos três trimestres.

Os edifícios concluídos aumentaram 4,2%, na região, em termos homólogos, mantendo a evolução positiva registada há mais de três anos (apenas interrompida nos dois primeiros trimestres de 2020). Esta evolução foi explicada pelo acréscimo homólogo de 4,5% das conclusões de construções novas. Já os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram ligeiramente em -1,0% face a igual período do ano anterior, infletindo um ano de variações positivas muito significativas. Em termos nacionais, a evolução do total de edifícios concluídos acompanhou o comportamento regional observando-se um aumento homólogo de 3,3%, que manteve a tendência positiva verificada nos últimos três anos.

As variações positivas do setor da construção, nomeadamente a evolução muito significativa dos edifícios licenciados poderá estar associada, em grande medida, aos efeitos do gradual desconfinamento do país ocorrido no trimestre, nomeadamente à reabertura faseada dos vários setores da atividade económica. Apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade durante todo o período do surto pandémico em Portugal, em meados de março de 2020, parece ter sofrido a influência da paralisação ou da desaceleração de outras atividades económicas (tal como aconteceu de forma mais intensa no segundo trimestre de 2020). Assim, a evolução dos edifícios licenciados poderá também traduzir um efeito de base, pois a comparação homóloga incide sobre o segundo trimestre de 2020, período marcado por uma retração da atividade económica sem precedentes como consequência das restrições impostas para contenção da pandemia.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2021, cresceram 0,2% na região e 0,5% no país, em termos homólogos reais. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, apesar de denotar um abrandamento, deu continuidade ao comportamento positivo verificado há já dois anos, após oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-21,4%), acompanhando a evolução nacional (-22,9%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,6% na região e no país. O valor regional foi o mais baixo observado nos últimos 12 anos.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6 510	6 611	5 852	6 091	5 141	5 797	6 029
	v. h. (%)	26,6	8,3	-1,3	4,0	-13,7	-3,9	5,5
Centro	número	1 793	1 764	1 584	1 679	1 346	1 566	1 632
	v. h. (%)	33,2	6,7	-0,8	2,3	-17,5	-4,1	1,5
Construções novas	número	1 339	1 279	1 133	1 226	981	1 140	1 146
	v. h. (%)	36,5	4,9	2,3	2,9	-13,1	-0,5	5,8
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	13,5	9,0	5,2	7,5	-1,9	6,0	-0,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3 701	3 715	3 650	3 828	3 584	3 645	3 511
	v. h. (%)	3,3	5,6	2,2	1,8	4,5	3,8	16,3
Centro	número	959	934	1 002	1 041	920	964	1 002
	v. h. (%)	4,2	4,7	0,5	0,5	-10,2	-3,8	13
Construções novas	número	737	754	805	813	705	748	744
	v. h. (%)	4,5	12,9	11,2	3,2	-6,4	0,6	11,8
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-1,0	46,1	27,9	30,3	6,7	13,2	9,1
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	0,5	2,5	2,6	1,4	1,0	1,2	-0,4
Centro	v. h. real (%)	0,2	2,0	1,8	1,0	0,9	1,0	-0,3
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-22,9	-19,8	-18,1	-35,8	-44,4	-38,5	-39,5
Centro	v. h. real (%)	-21,4	-28,6	-38,3	-41,5	-43,0	-40,1	-31,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1 215,0	1 187,0	1 156,0	1 128,0	1 119,0	1 128,3	1 048,3
	v. h. real (%)	7,8	6,5	6,1	5,8	8,9	7,6	10,3
Centro	€/m ²	870,0	861,0	836,0	832,0	858,0	835,5	790,8
	v. h. real (%)	0,6	5,1	2,6	4,8	9,9	5,7	6,9

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

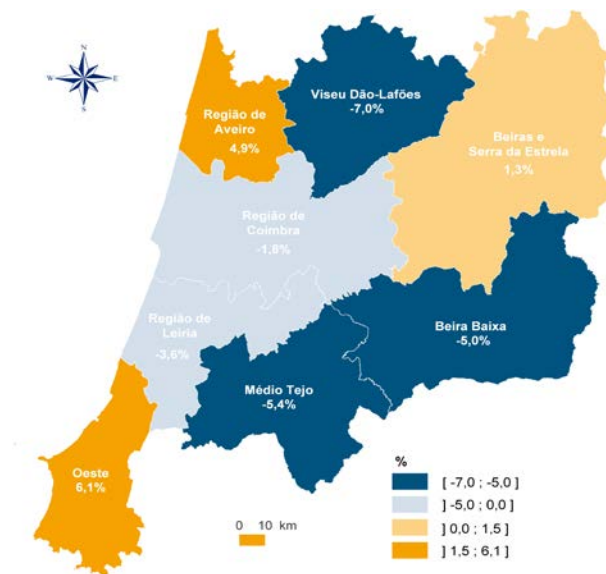
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

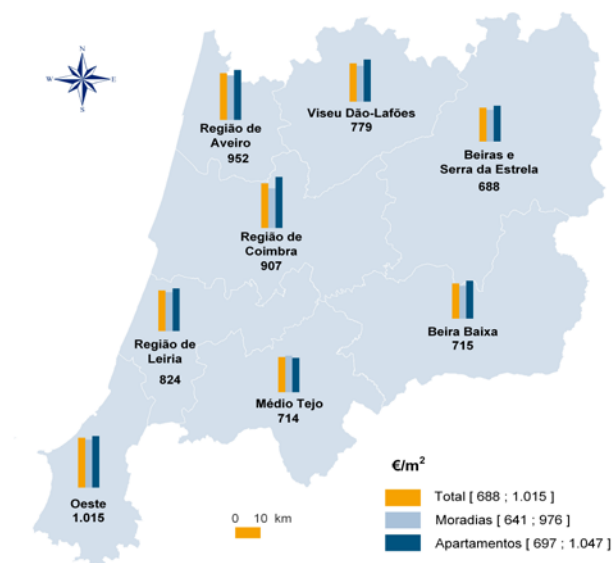
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 0,6% em termos homólogos reais, observando o crescimento mais baixo dos últimos cinco anos e situando-se muito abaixo do crescimento da média nacional (7,8%). Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 870 euros (mais 12 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Este valor regional da avaliação bancária continua a ser o maior da última década, apesar do abrandamento do ritmo de crescimento evidenciado no trimestre. Apenas três das sub-regiões da Região Centro explicaram positivamente a variação regional da avaliação bancária, com destaque, pelos aumentos mais expressivos, para o Oeste (6,1%) e a Região de Aveiro (4,9%). Na maioria das sub-regiões observou-se uma diminuição homóloga da avaliação bancária, evidenciando-se, pelas quebras homólogas reais mais significativas Viseu Dão-Lafões (-7,0%), Médio Tejo (-5,4%) e Beira Baixa (-5,0%).

O valor da avaliação bancária dos apartamentos observou um crescimento homólogo real de 2,7% contribuindo para a evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região. Já as moradias contrariaram essa variação, tendo verificado uma diminuição homóloga real de 1,6%. O Oeste foi a sub-região com a avaliação mais elevada (1.015€/m²) e evidenciou também a valorização mais alta nos apartamentos (1.047€/m²) e nas moradias (976€/m²). Já as Beiras e Serra da Estrela foi a sub-região menos valorizada em termos médios globais (688€/m²) e também era onde as moradias se encontravam menos valorizadas (641€/m²). O Médio Tejo foi novamente a sub-região onde os apartamentos eram menos valorizados (697€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2021



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2021



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

1,34%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, a mais elevada dos últimos dois anos

32,3%

foi o crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático na região

²³ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho de 2020 (nomeadamente aumentaram o número de preços estimados). A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

No segundo trimestre de 2021, o Índice de Preços no Consumidor aumentou na Região Centro e em Portugal, tendo no caso regional crescido acima de 1%, o que já não sucedia desde o quarto trimestre de 2018. A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado observaram em Portugal e na Região Centro evoluções favoráveis, que traduzem, em grande medida, os efeitos do novo plano de desconfinamento do país em vigor durante todo o trimestre.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um acréscimo de 1,34%, em termos homólogos, observando o valor mais elevado dos últimos dois anos. Esta evolução regional superou a média nacional (que cresceu 0,77%) e acelerou o crescimento já registado nos dois trimestres anteriores, parecendo resultar do efeito de base, pois a comparação homóloga incide sobre o segundo trimestre de 2020, período em as medidas restritivas para contenção da propagação da pandemia COVID-19 afetaram significativamente o comportamento geral dos preços, desde logo porque existiram dificuldades na sua recolha²³. Na região, oito das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos os “transportes” (4,94%), a “saúde” (1,79%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (1,69%). As quatro restantes classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga, realçando-se, pela diminuição mais significativa, a “educação” (-3,20%).

Quadro 11 – Preços		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020 média trimestral	2019
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,77	0,41	-0,17	0,00	-0,27	-0,01	0,34
Centro	v. h. (%)	1,34	0,52	0,03	-0,09	-0,56	-0,10	0,32
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	-0,31	0,71	2,01	1,81	3,33	2,08	0,30
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,09	1,17	0,58	0,53	0,99	0,83	1,71
Vestuário e calçado	v. h. (%)	1,27	-0,13	-1,07	0,18	-4,25	-2,03	-2,04
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	1,69	-1,14	-1,32	-1,34	-2,36	-1,18	-0,63
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,29	-0,65	-0,43	-1,10	-1,77	-1,25	-1,41
Saúde	v. h. (%)	1,79	1,95	1,69	0,66	0,59	0,90	1,00
Transportes	v. h. (%)	4,94	0,09	-2,68	-2,64	-3,59	-2,00	1,48
Comunicações	v. h. (%)	-0,15	-0,81	-1,16	-0,79	-1,95	-2,05	-2,46
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,30	0,43	-0,63	-1,88	-2,95	-1,72	-0,09
Educação	v. h. (%)	-3,20	-3,25	-3,20	-2,18	-1,96	-2,30	0,41
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,36	1,56	2,48	1,91	1,81	1,88	0,95
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,64	1,09	1,00	1,44	1,10	1,27	1,86

A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado evoluiu positivamente na Região Centro e em Portugal, parecendo traduzir os impactos do gradual desconfinamento do país que se verificou durante o trimestre em análise. Destas medidas de desconfinamento, a título de exemplo, destacaram-se o levantamento das limitações à circulação de pessoas e a reabertura de algumas áreas de atividade económica (como o comércio não essencial e os espaços culturais e o retorno ao funcionamento da restauração). Acresce referir que tanto no consumo privado como na evolução dos preços, as variações observadas neste trimestre traduzem um efeito de base associado à comparação homóloga com o segundo trimestre

de 2020, que foi um período de uma enorme recessão económica, em consequência das medidas restritivas impostas pelo Governo para contenção do surto pandémico associado à COVID-19.

No segundo trimestre de 2021, as compras, os levantamentos e os pagamentos em terminais automáticos cresceram significativamente na região e no país em termos homólogos reais. É a primeira vez desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal que se regista um aumento simultâneo dos três indicadores. As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) aumentaram em 32,3% e 38,3% na Região Centro e em Portugal, respetivamente, em termos homólogos reais. Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA foi explicada pelas compras realizadas em ambas as componentes (nacional e internacional), com destaque para o crescimento expressivo de 53,7% nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região aumentaram, após um ano de quebras homólogas sucessivas, o que foi explicado pelo acréscimo homólogo real também em ambas as componentes (nacional e internacional), com relevo para os levantamentos em território nacional que cresceram 25,8%. De salientar, que o intenso período de quebras homólogas reais nos levantamentos poderia estar associado à recomendação das autoridades de saúde do uso de meios de pagamento alternativos ao dinheiro (de que são exemplo os cartões de multibanco, de preferência com tecnologia *contactless*), por este ser um potencial meio de contágio. Os pagamentos também aumentaram expressivamente em 14,1%, intensificando a tendência de crescimento observada nos três períodos antecedentes. O maior ritmo de crescimento regional dos pagamentos pode estar relacionado com a retoma progressiva de alguns setores da atividade económica no âmbito do novo período de desconfinamento do país.

As receitas de cinema na região e no país aumentaram muito significativamente no segundo trimestre de 2021 face ao período anterior e homólogo. Esta evolução das receitas de cinema traduz os efeitos do gradual desconfinamento do país que possibilitou a partir do primeiro mês do trimestre a reabertura das salas de cinema, que haviam sido encerradas, pela segunda vez desde o início da pandemia em Portugal, em meados de janeiro de 2021. A este propósito, importa ainda referir que o primeiro encerramento das salas de cinema abrangeu quase todo o segundo trimestre de 2020.

Também as entradas intracomunitárias de bens de consumo na região e no país cresceram de forma expressiva em 16,1% e 18,3%, respetivamente. Este comportamento regional das importações de bens de consumo influiu mais de ano de quebras homólogas reais, o que estará associado a um período de alívio das medidas implementadas na maioria dos países da União Europeia, com os quais a região realiza transações, para combate à propagação da COVID-19.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram, em termos homólogos reais, na Região Centro em 9,8%. Esta variação regional superou a média nacional (que cresceu em 8,7%) e foi a mais expressiva do último ano. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 3,4%, o valor mais baixo dos últimos 12 anos. A nível nacional também se registou o peso mais baixo em 12 anos (5,3%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	2020	2019
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	18,3	-7,3	-4,9	-3,8	-14,6	-5,4	5,1
Centro	v. h. real (%)	16,1	-0,2	-1,5	-12,9	-16,6	-9,1	1,9
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	4 780,8	139,2	2 719,8	3 972,9	74,8	5 141,9	20 797,7
	v. h. real (%)	#	-99,0	-87,5	-84,5	-99,6	-75,3	5,4
Centro	milhares	570,2	11,4	334,7	477,3	4,8	636,1	2 727,2
	v. h. real (%)	#	-99,3	-88,6	-86,3	-99,8	-76,7	3,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	8,7	-1,4	-1,0	1,4	1,9	3,9	10,8
Centro	v. h. real (%)	9,8	0,1	0,0	2,5	3,2	5,5	15,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	5,3	6,3	6,3	6,6	6,7	6,6	7,4
Centro	%	3,4	4,2	4,2	4,4	4,4	4,3	4,4
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	24,9	-15,6	-10,6	-11,8	-27,6	-13,8	2,2
Centro	v. h. real (%)	25,7	-13,2	-6,6	-9,0	-24,2	-10,8	2,7
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	16,4	-4,5	-2,1	1,8	-14,4	-3,0	3,9
Centro	v. h. real (%)	14,1	1,8	5,8	10,4	-5,0	3,9	3,7
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	38,3	-15,7	-8,3	-6,9	-27,6	-10,7	8,0
Centro	v. h. real (%)	32,3	-9,1	-0,1	3,6	-15,4	-1,6	8,8

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2021 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

#: Variação homóloga real muito elevada devido ao efeito de base

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

7,6
mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de junho de 2021

314,6
milhões de euros

em apoios para resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 no Centro

²⁴ Em junho de 2021, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados “anulada” e “rescindida/revogada”.

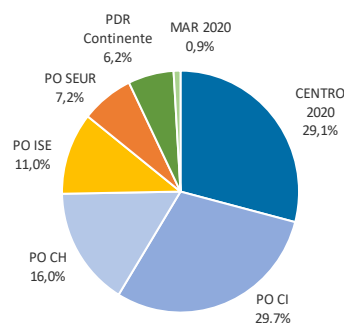
No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2021, estavam aprovados 7,6 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,8 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 314,6 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (69%).

A 30 de junho de 2021, encontravam-se aprovados 7,6 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 12,8 mil milhões de euros²⁴. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,3% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 245,1 milhões de euros nos apoios aprovados para a região. Para este acréscimo contribuíram, de forma mais acentuada, os apoios destinados a promover a aprendizagem ao longo da vida (reforçados em 46,8 milhões de euros pelo PO CH), as medidas do “programa APOIAR”, destinado a empresas afetadas pelo confinamento na sequência do surto de COVID-19 (cujos apoios, financiados pelo PO CI, aumentaram 38,5 milhões de euros), as aprovações no novo sistema de apoios ao emprego e ao empreendedorismo, denominado + CO3SO Emprego (cujos incentivos atribuídos pelo CENTRO 2020 aumentaram 29,0 milhões de euros) e os apoios do programa operacional regional a infraestruturas de ensino básico e secundário e à reabilitação urbana (que registaram um acréscimo de 17,6 e 14,1 milhões de euros, respetivamente).

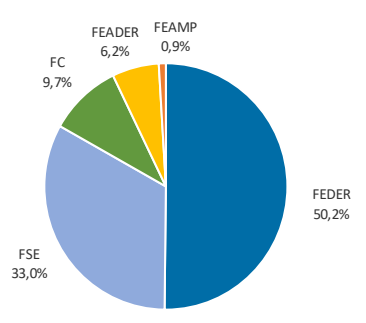
O PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 29,7% dos apoios captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (PO CH, PO ISE e PO SEUR), que têm a sua incidência em várias regiões, mobilizavam para o Centro 63,8% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,8 mil milhões de euros de fundos europeus. O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava menos de um terço dos apoios aprovados no território (29,1%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2021)

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

²⁵ A título exemplificativo, refira-se ainda:

- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,8 mil milhões de euros (50,2%). Seguia-se o FSE, com 33,0% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,5 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 9,7% dos fundos europeus aprovados (731,7 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR) e o FEADER 6,2%. O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

No final de junho de 2021, os apoios aprovados na região para dar resposta aos efeitos da pandemia totalizavam 314,6 milhões de euros de fundos europeus. O sistema de incentivos à liquidez (“programa APOIAR”, do PO CI) era responsável por 180,3 milhões de euros; o sistema de incentivos às empresas tinha financiado 101,8 milhões de euros (através do PO CI e do CENTRO 2020); 27,5 milhões de euros foram atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; o programa “Garantir Cultura” financiou 3,2 milhões de euros para apoio à cultura no contexto da resposta à pandemia; e 1,6 milhões de euros tinham sido concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020). Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia²⁵, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Destaque, neste âmbito, para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e o mercado de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excepcional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais.

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados-Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementa o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possam ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade está garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria. Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de junho de 2021, estavam aprovados 5,4 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 9,5 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de junho de 2020)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	
Total - Centro	9 517 485	5 356 782	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	5 385 499	2 241 758	1 912 509	1 058 124	1 373 561	47,2	61,3
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1 416 319	1 205 477	980 702	835 118	862 420	69,3	71,5
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	965 305	828 480	569 456	490 711	538 085	59,2	64,9
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	680 544	540 170	336 765	292 831	286 577	54,2	53,1
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	911 101	470 154	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	158 717	70 744	98 728	42 953	44 224	60,7	62,5

* No caso do PDR2020, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

** Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

*** Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x: Não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de junho de 2021, estavam aprovados 5,4 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,2 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,1 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 47,2%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 46,9 milhões de euros de fundos aprovados e de 43,1 milhões de euros de fundos executados, que se refletiu num aumento de 1,0 pontos percentuais na taxa de realização (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,4 mil milhões de euros, representando 61,3% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (64,9%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 945,2 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (308,5 e 200,3 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,8% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 4,0%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 10,5% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,0 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,5 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,7 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,9% dos fundos europeus aprovados (perfazendo 66,1 milhões de euros, tendo ocorrido, neste trimestre, um aumento de 7,2 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

²⁶ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁶, com um montante de 14,0 milhões de euros de FSE aprovado para a região (0,6%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,1%).

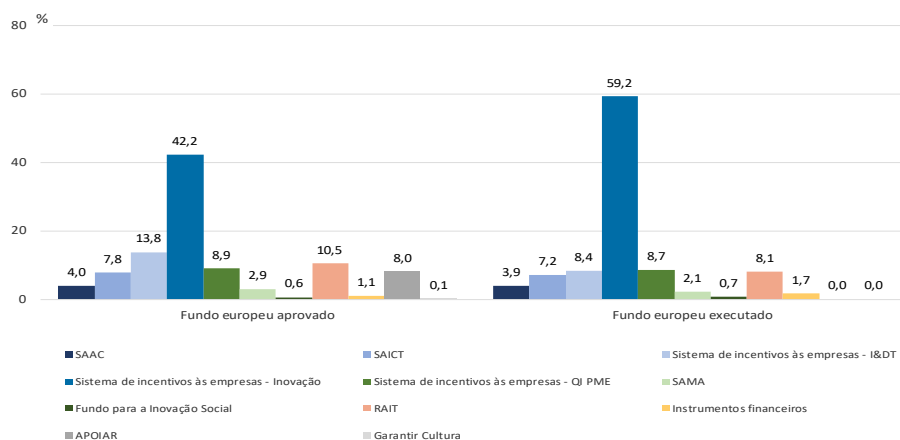
No final de novembro de 2020, foi criado o sistema de incentivos à liquidez, designado por “programa APOIAR”, um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19. Durante o segundo trimestre de 2021, estes apoios foram reforçados em 38,5 milhões de euros, perfazendo um total de 180,3 milhões de euros de FEDER, o que correspondia a 8,0% do total de fundos europeus aprovados no PO CI.

A 30 de março de 2021 entrou em vigor o “programa Garantir Cultura”, um apoio universal a fundo perdido para mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e para estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico. Neste contexto, durante o segundo trimestre de 2021 foram aprovados 3,2 milhões de euros para o tecido empresarial do setor cultural e artístico (0,1% do total dos fundos europeus aprovados para a região).

Assim, relativamente à Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII), até 30 de junho de 2021, o COMPETE 2020 já tinha aprovado, na região, 235,3 milhões de euros de fundo europeu. Este montante de fundo foi mobilizado pelos já referidos “programa APOIAR” (180,3 milhões de euros) e “programa Garantir Cultura” (3,2 milhões de euros) mas também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (51,7 milhões de euros, correspondendo a 3,6% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (80,3%) e, em menor escala, pela ID empresarial (16,2%) e pela qualificação de PME (3,4%). Deste total de fundo aprovado, estavam validados 22,0 milhões de euros e pagos aos beneficiários 207,3 milhões de euros.

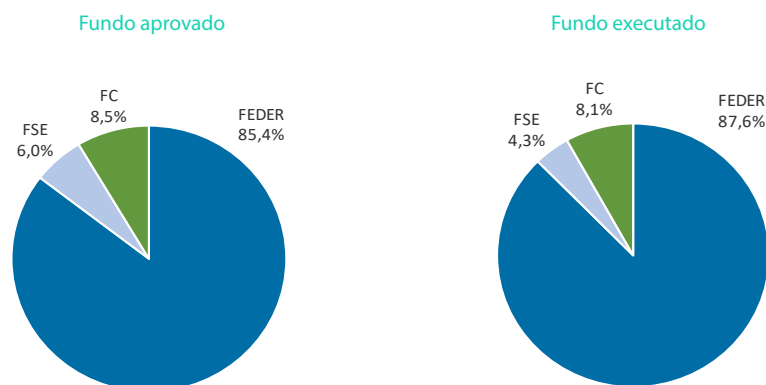
- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo PO CI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (85,4%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (8,5%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,0%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC. De salientar que, neste trimestre, o acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado maioritariamente por FEDER (88,2%).

Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2021)



Analisando o fundo executado, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 59,2% do total do fundo executado) e do FEDER enquanto fundo financiador (87,6%). Nas restantes tipologias e nos restantes fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado (com exceção dos instrumentos financeiros). No entanto, considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacava-se a elevada realização nos instrumentos financeiros (75,0%), no sistema de incentivos à inovação (66,3%) e no fundo para a inovação social (50,0%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 47,2%).

No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 1,2 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,4 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 835,1 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 69,3% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 50,7 milhões de euros nos apoios aprovados, tendo o fundo executado aumentado 44,3 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização aumentou 0,8 pontos percentuais. No final do segundo trimestre de 2021, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 862,4 milhões de euros, o que representava 71,5% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 55,8% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 673,0 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho.

Destacavam-se também os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (20,2%, correspondendo a 243,1 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências). Neste trimestre, o fundo europeu aprovado nesta tipologia foi reforçado em 46,8 milhões de euros.

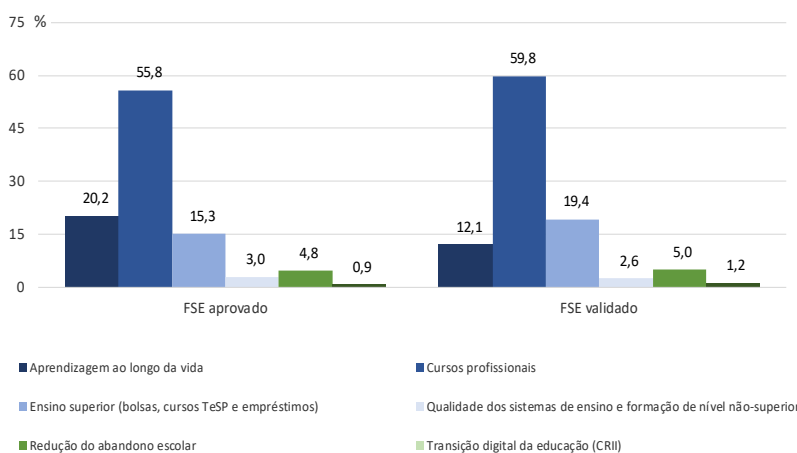
Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 15,3% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁷.

O combate ao abandono escolar absorvia 4,8% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens, os cursos básicos do ensino artístico e especializado e os cursos vocacionais.

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia COVID-19, os 10,7 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação, correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

²⁷ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (59,8%) e os apoios direcionados ao ensino superior e formação avançada (19,4%). As taxas de realização mais elevadas eram as dos apoios à transição digital da educação (94,2%), dos apoios ao ensino superior (87,5%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), dos cursos profissionais (74,1%) e ainda as dos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (72,3%).

No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do segundo trimestre de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 965,3 milhões de euros de despesa elegível e 828,5 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 490,7 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 59,2%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 19,2 milhões de euros e o fundo executado 27,7 milhões de euros, o que implicou um aumento da taxa de realização em 2,0 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 538,1 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 64,9%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 18,2% do FSE aprovado (150,7 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

A integração de adultos no mercado laboral concentrava 15,1% do FSE aprovado (125,0 milhões de euros, após um aumento de 15,7 milhões de euros neste trimestre), traduzindo-se em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

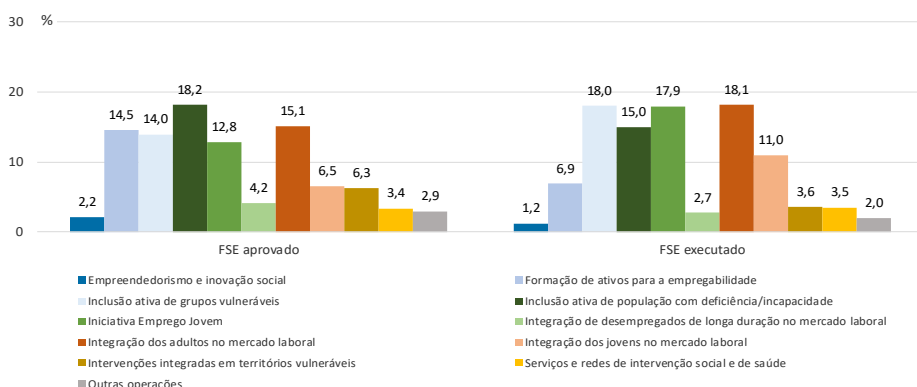
A formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,5% do FSE aprovado, perfazendo 120,5 milhões de euros. Já a inclusão de grupos vulneráveis concentrava 14,0% do FSE aprovado, tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados²⁸, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (101,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (14,3 milhões de euros de FSE).

Outra parte relevante do fundo aprovado (12,8%, totalizando 105,9 milhões de euros de FSE aprovado) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

Quanto à execução, destacavam-se com os maiores montantes de fundo executado, a integração de adultos no mercado laboral (18,1%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (18,0%), a Iniciativa Emprego Jovem (17,9%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,0%). Considerando as taxas de realização, destacavam-se a integração dos jovens (fora do âmbito da IEJ) no mercado laboral (99,5%), a Iniciativa Emprego Jovem (83,1%), a integração ativa de grupos vulneráveis (76,6%), a integração dos adultos no mercado laboral (71,2%) e os serviços e redes de intervenção social e de saúde (61,7%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 59,2%).

²⁸ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 680,5 milhões de euros de despesa elegível e 540,2 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 54,2%, com o fundo executado a ascender a 292,8 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos executados aumentaram 27,4 milhões de euros e os fundos aprovados diminuíram 5,6 milhões de euros (devido a anulações e rescisões de candidaturas aprovadas), o que se traduziu num acréscimo de 5,6 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 286,6 milhões de euros, representando 53,1% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 35,6% do fundo europeu aprovado (192,2 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 18,3% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (12,9%) e infraestruturas públicas (5,3%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, com 60,0 milhões de euros referentes ao Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 28,9 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 13,2% do fundo aprovado, totalizando 71,1 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (18,2 milhões de euros), de dessassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (10,9 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

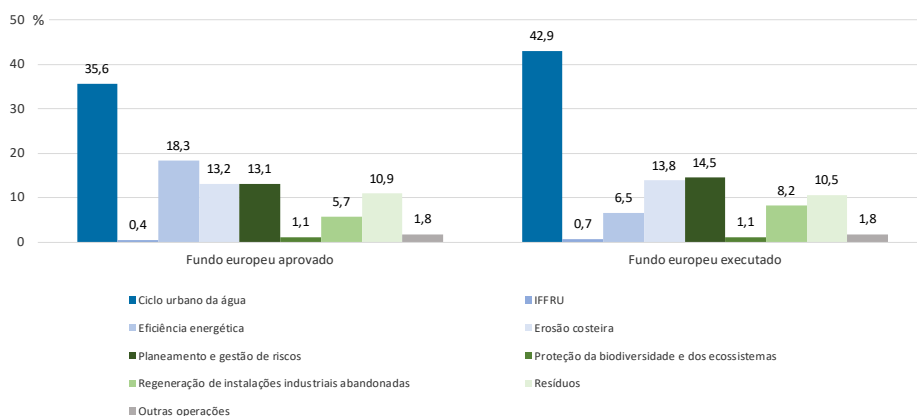
²⁹ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam 70,9 milhões de euros, representando 13,1% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de determinados riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do Mondego para regularização do rio Pranto (5,9 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,1 milhões de euros), e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

A valorização de resíduos captava 10,9% de fundo europeu aprovado (58,8 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,6 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²⁹, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

Quanto ao volume de fundo executado, o ciclo urbano da água absorvia 42,9% dos apoios validados. No entanto, verificava-se que pouco mais de metade do fundo aprovado estava validado (65,4%), sendo as tipologias com as taxas de realização mais elevadas o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU (100,0%), a gestão dos recursos hídricos (96,4%) e a produção e distribuição de fontes de energia renováveis (83,1%).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2021)



³⁰ Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 911,1 milhões de euros de despesa elegível e 470,2 milhões de euros de FEADER³⁰. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 24,9 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 131,6 milhões de euros de FEADER (28,0% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento local era responsável por 13,0% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a

³¹ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

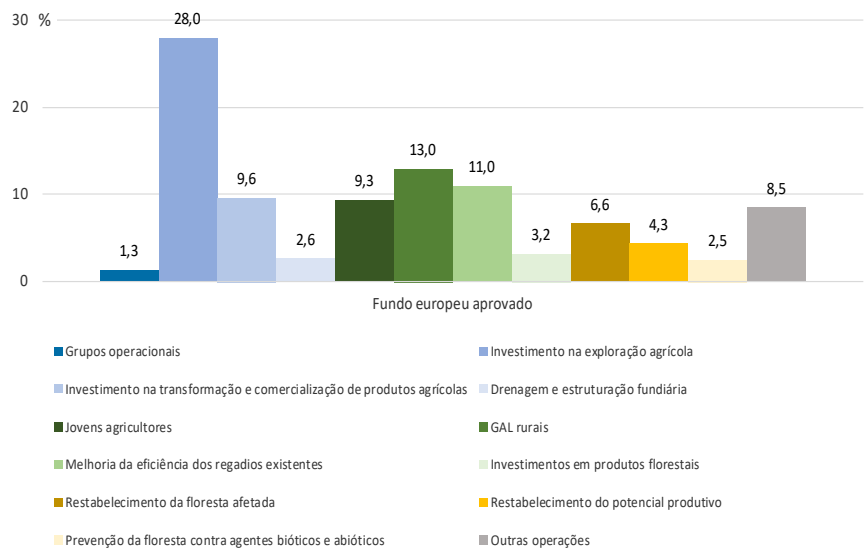
³² Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 61,0 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 20,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, funcionamento, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 41,0 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³¹.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 11,0% do fundo europeu (51,7 milhões de euros). Nesta tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 9,6% do fundo aprovado³².

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2021, na Região Centro, tinham sido aprovados 158,7 milhões de euros de despesa elegível e 70,7 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 60,7%, ascendendo o fundo validado a 43,0 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários totalizavam 44,2 milhões de euros, representando 62,5% dos fundos aprovados. Neste trimestre, a taxa de realização aumentou 3,6 pontos percentuais, decorrente dos acréscimos de 1,3 milhões de euros no fundo aprovado e de 3,3 milhões de euros no fundo executado.

No final de junho de 2021, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 42,0% do fundo aprovado, correspondendo a 29,7 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 12,9 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,8 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões

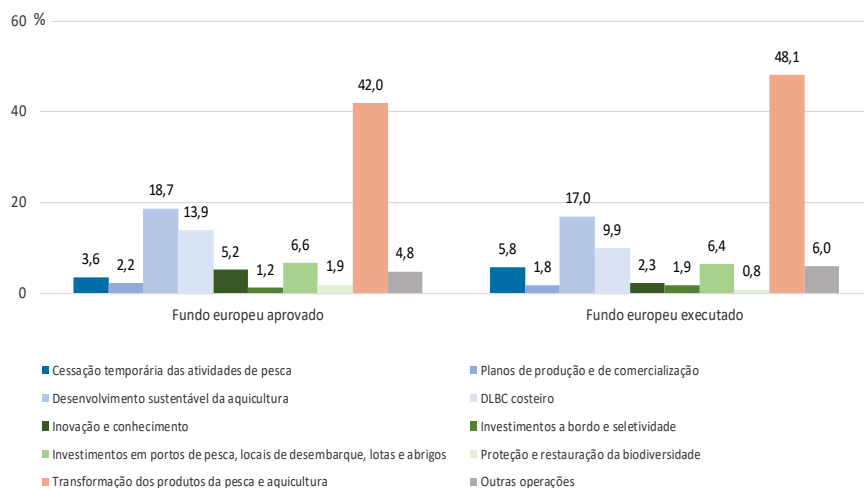
de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 18,7% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 9,8 milhões de euros (13,9%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 7,7 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 6,6% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura (48,1% do total validado), ao desenvolvimento sustentável da aquicultura (17,0%) e ao desenvolvimento local costeiro (9,9%). No entanto, as tipologias com as taxas de realização mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram a cessaçao temporária das atividades de pesca (97,7%), os investimentos a bordo e seletividade (96,2%) e a transformação dos produtos da pesca e aquicultura (69,5%).

CENTRO 2020

A 30 de junho de 2021, 126,9% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 454 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.438 candidaturas, com intenções de investimento na região de 8,1 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do segundo trimestre de 2021 tinham sido aprovadas 9.421 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,3 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,2 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 107,6 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 408 mil euros e um apoio europeu de 233 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2021	março 2021	dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020
Concursos						
Total	número	454	447	423	420	345
Fundo europeu	milhões €	2 735,3	2 644,6	2 482,7	2 453,8	2 365,0
	% da dotação de fundo	126,9	122,7	115,2	113,9	109,7
Em aberto	número	4	14	7	96	26
Fundo europeu	milhões €	57,0	115,1	55,7	143,3	102,1
Encerrados	número	450	433	416	324	319
Fundo europeu	milhões €	2 678,3	2 529,5	2 427,0	2 310,5	2 262,9
Candidaturas apresentadas						
Total	número	22 438	22 165	20 914	20 457	18 121
Investimento total previsto	milhões €	8 055,3	7 785,8	7 509,2	7 075,3	6 624,8
Operações aprovadas						
Total	número	9 421	8 993	8 449	8 350	7 756
Investimento total	milhões €	3 840,4	3 701,4	3 375,1	3 272,0	3 136,2
Investimento elegível	milhões €	3 295,5	3 159,8	2 886,9	2 790,6	2 656,3
Fundo europeu	milhões €	2 194,7	2 087,1	1 915,0	1 843,1	1 732,9

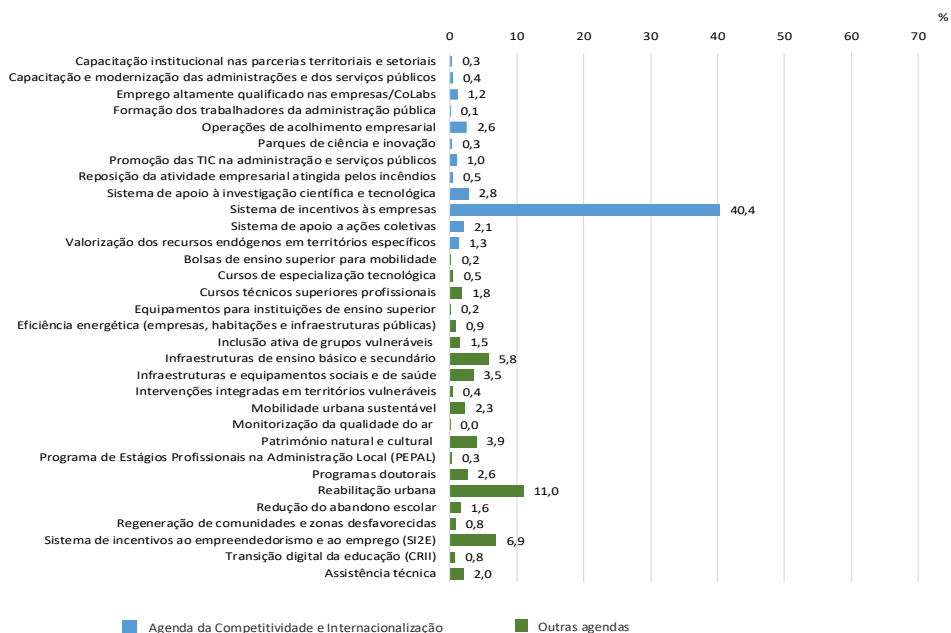
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 52,9% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,0 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,2 mil milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 887,3 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 40,4% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,8% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 2,6% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,1% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 1,0 mil milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,0%, totalizando 241,8 milhões de euros de fundo aprovado, após um aumento de 14,1 milhões de euros neste trimestre), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,8%, perfazendo 126,6 milhões de euros de fundo aprovado, tendo ocorrido um acréscimo neste trimestre de 17,6 milhões de euros), ao património natural e cultural (3,9%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,5%), a programas doutorais (2,6%), à mobilidade urbana sustentável (2,3%), à redução do abandono escolar (1,6%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,5%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 241,8 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

³³ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizada um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

³⁴ O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

³⁵ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

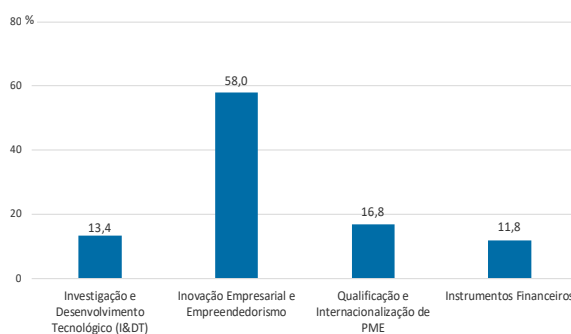
De referir ainda, pela sua relevância, o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SIE), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 30 de junho de 2021, estavam aprovados 152,5 milhões euros de fundos europeus (6,9%) correspondendo a 278,3 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020). Neste trimestre, o fundo europeu aprovado nesta tipologia conheceu um acréscimo de 29,0 milhões de euros por conta das aprovações no novo sistema de apoios ao emprego e ao empreendedorismo, denominado “+ CO3SO Emprego”, que visa apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 58,0% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (514,6 milhões de euros), enquanto apenas 13,4% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (11,8% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)³³, valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)³⁴.

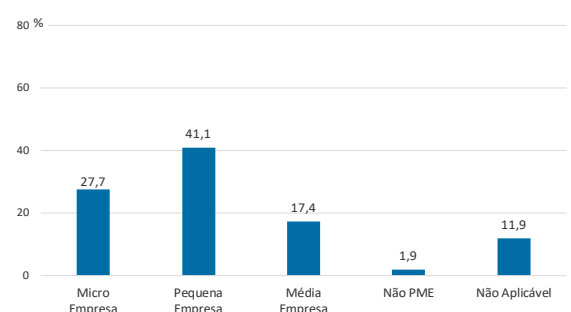
Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (41,1%) e microempresas (27,7%) e à indústria transformadora (61,4%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2021)

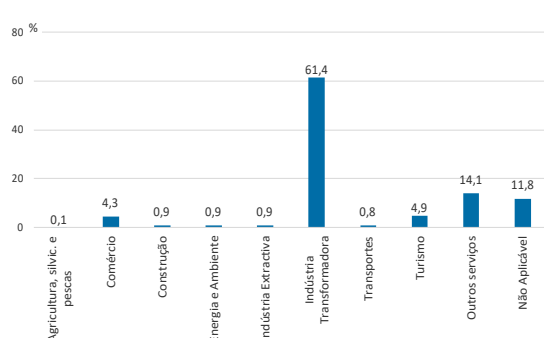
Por tipologia de investimento



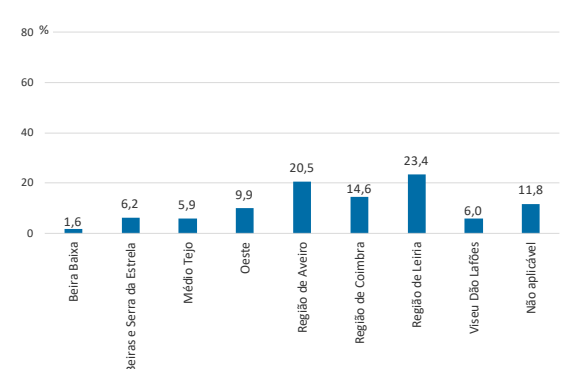
Por dimensão da empresa³⁵



Por setor de atividade³⁵



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³⁶

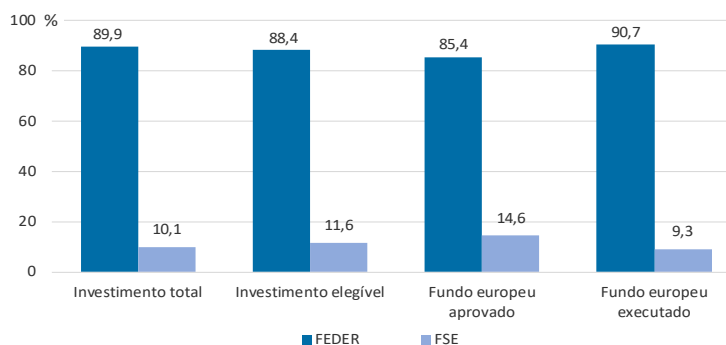


³⁷ Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

Foi também sobretudo através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizou a já referida Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII). Assim, até 30 de junho de 2021, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 50,1 milhões de euros de fundo europeu (5,6% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas). Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (69,8%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (10,5%) e para a IDT (19,7%). A este valor de apoio, acresciam ainda 16,8 milhões de euros para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos. Deste modo, no final de junho de 2021, o CENTRO 2020 totalizava 66,9 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica. Deste valor, estavam validados 36,8 milhões de euros e pagos aos beneficiários 50,7 milhões de euros.

A 30 de junho de 2021, o FEDER cofinanciava 85,4% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 1,9 mil milhões de euros (109,5% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 14,6%, que se traduziam em 321,1 milhões de euros de fundo europeu e 72,4% da dotação programada³⁷.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2021)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (33,4 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) aos incentivos atribuídos no SI2E (60,8 milhões de euros), (ii) a programas doutorais (56,9 milhões de euros), (iii) a medidas que visam a redução do abandono escolar (43,8 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁸, (iv) a cursos técnicos superiores profissionais (40,3 milhões de euros), (v) aos apoios à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (25,4 milhões de euros), (vi) aos apoios à Transição Digital da Educação (16,8 milhões de euros), (vii) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (viii) a ações de capacitação dos serviços da administração pública no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (9,2 milhões de euros aprovados neste trimestre), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (7,0 milhões de euros), (x) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (5,8 milhões de euros), (xi) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros) e (xiii) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,9 milhões de euros).

³⁸ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

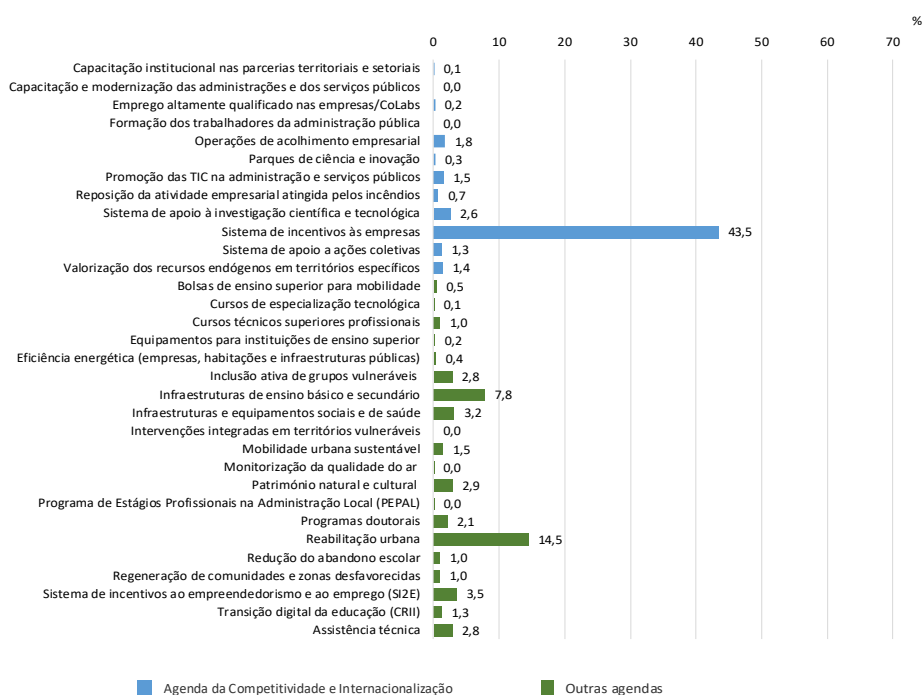
No final de junho de 2021, o programa operacional regional tinha 101,8% da sua dotação comprometida e estavam validados 1,1 mil milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 50,4%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 1,3 pontos percentuais, situando-se nos 51,5 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 49,4%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1,1 mil milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (104,7%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 51,8%. Neste trimestre, a taxa de reembolso diminuiu, espelhando a progressiva conversão dos adiantamentos em despesa efetiva e validada. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendeu a 892,5 milhões de euros, correspondendo a 41,4% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2021	março 2021	dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1 522 403	1 361 258	1 271 593	1 118 346	1 043 753
Fundo europeu	milhares €	1 085 149	949 438	879 758	762 408	713 966
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	1 135 945	999 664	940 897	839 382	778 667
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	892 530	766 637	767 346	673 186	619 220
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	101,8	96,8	88,9	85,5	80,4
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	50,4	44,1	40,8	35,4	33,1
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	49,4	45,5	45,9	41,4	41,2
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	51,8	47,9	49,1	45,5	44,9
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	104,7	105,3	106,9	110,1	109,1
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	41,4	35,6	35,6	31,2	28,7

Analisando agora a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que, o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (43,5%), seguindo-se a reabilitação urbana (14,5%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (7,8%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia uma grande preponderância do FEDER no volume de execução (90,7%). No entanto, considerando as taxas de realização destacavam-se, pelos elevados valores, as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%) e o trabalho socialmente necessário (91,8%). As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização acima da média do programa operacional regional: 53,1% no total do sistema de incentivos às empresas (com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 63,6%, e de QI PME, 39,7%, ou de IDT, 29,8%), 65,1% na reabilitação urbana e 67,1% nas infraestruturas de ensino básico e secundário. Face ao volume de aprovações no “+ CO3SO Emprego” em 2021, a taxa de realização do SI2E situava-se nos 25,2%. Já a taxa de realização do FEDER ascendia a 52,6%, enquanto a do FSE se situava nos 31,3%.

Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2021)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 2011 compatibilizada com a base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021, Base 2011 compatibilizada com a base 2021 e Base 1998)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 21, n.º 22, n.º 23, n.º 24 e n.º 25
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" do segundo trimestre de 2021 foi recolhida até ao dia 10 de setembro de 2021.

